

RETROSPECTIVA

Mesmo com realização de greve, RGA não foi pago em 2017

>> Rosi Oliveira
Redação DS

O ano de 2017 foi pautado por inúmeros acontecimentos que atingiram Tangará da Serra com maior impacto. Um desses fatos, foi o não pagamento da Reposição Geral Anual (RGA), por parte do Executivo, bem como, por ter colocado como prerrogativa, para que isso ocorresse, realizar alterações na legislação, o que incorreria em diminuição de alguns direitos dos servidores. As conversações se iniciaram em abril e até a presente data o imbróglio persiste. Previsto para ser pago no mês de maio desse ano, o assunto ficou ainda mais tenso, pelo fato do Executivo Municipal ter enviado o projeto à Câmara por três vezes, e, o retirado em seguida.

Foram inúmeras reuniões entre o chefe do Executivo e o Sindicato dos Servidores Públicos de Tangará da Serra

(Sserp), em busca de solução para o impasse, mas prestes a virar 2017, o consenso ainda não foi possível.

Por esse motivo, no dia 18 de outubro, os profissionais da Educação paralisaram suas atividades em algumas unidades escolares, sendo a primeira, a escola Sílvia Paternez.

Com esse pontapé, no dia 24 a greve geral aconteceu.

Após cerca de duas horas e meia de reunião, a greve dos servidores municipais de Tangará da Serra anunciada, tornou-se real.

Embora não tenha havido adesão total, vários setores foram afetados, causando indignação em boa parte da população, que em sua grande maioria apoiou a decisão dos servidores de cruzarem os braços em busca de seus direitos. Durante esse período, os servidores lotaram a Câmara Municipal e se reuniram em vários pontos da cidade, quando inclusive a



O retorno às atividades teve como motivo o cumprimento de uma decisão liminar, que declarou ilegal o movimento

população participou das manifestações.

Com a paralisação, as conversações seguiram, e no dia 25, profissionais ligados à rede municipal

de Educação de Tangará da Serra aceitaram a proposta do prefeito e suspenderam a greve.

Após exatos 24 dias de greve, os servidores

públicos municipais de Tangará da Serra retornaram ao trabalho. O retorno às atividades teve como motivo o cumprimento de uma decisão

liminar, que declarou ilegal o movimento dos trabalhadores públicos da cidade, mas o estado de greve permanece até os dias de hoje.

